

O Sindicato de trabalhadores rurais de Ubatã e sua contribuição para a defesa dos interesses da classe trabalhadora rural

**Marcos Santos Figueiredo\***

## **Introdução**

A presença dos sindicatos de trabalhadores rurais passou a ser uma realidade cada vez mais visível nas pequenas cidades do interior do Brasil a partir da década de 1950 e principalmente nos anos de 1960, época de grande efervescência dos movimentos populares em reivindicação dos direitos das populações rurais contra a opressão do latifúndio.

Segundo Ricardo Antunes o sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil se inicia na década de 1950 com o surgimento das Ligas Camponesas lideradas, segundo a tradição historiográfica, por Francisco Julião, advogado e deputado estadual pernambucano.

Fazer uma história do sindicalismo rural no Brasil não pode deixar de relacionar o surgimento dessas entidades com a intensificação dos movimentos sociais pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Segundo Francisco de Assis Lemos a primeira Liga Camponesa surgiu em 1954 na cidade e santo antão, Estado de Pernambuco, mais precisamente no Engenho Galiléia. Foi organizada pelo administrador do engenho, José Francisco de Souza, o Zezé da galiléia e José dos prazeres, líder dos camponeses.

Num primeiro momento a entidade recebeu o nome de Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco. Em poucos anos já haviam várias Ligas Camponesas espalhadas pelo nordeste do Brasil. Embora objetivassem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores essas organizações seguiam diretrizes diferentes.

A Liga de Sapé na Paraíba, por exemplo, tinha em seus quadros de associados pequenos comerciantes, estudantes, profissionais liberais, pequenos agricultores, operários, entre outras categorias de trabalhadores.

As formas de representação também eram diferentes. Nas Ligas de Pernambuco as decisões eram tomadas pela cúpula, ao contrario do que ocorria com a Liga de Sapé e outras da Paraíba, onde as decisões eram tomadas pela maioria (Assis Lemos, 1996).

Em virtude do crescente número de Ligas foi necessário a constituição de um órgão que as congregasse; assim em novembro de 1961 num congresso realizado em João Pessoa foi criada a Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. Essa entidade porem teve pouca duração, sendo desativada em 1964 quando do golpe militar. Seu primeiro e único presidente foi Francisco de Assis Lemos.

Conforme Assis Lemos na Paraíba houve a preocupação por parte dos camponeses e das lideranças da Ligas em não colocar toda a responsabilidade no líder, como em Pernambuco, o que causou sérios problemas nas Ligas daquele estado. (Assis Lemos, 1996).

As principais reivindicações dos trabalhadores rurais que se agregaram às Ligas eram o fim do cambão, a obrigação que o trabalhador tinha de trabalhar uma quantidade de dias para o proprietário da terra pelo direito de planta e morar naquela fazenda. Os trabalhadores lutavam para que o aluguel da terra fosse pago em dinheiro e que o patrão pagasse em dinheiro também o correspondente aos dias que o trabalhador cultivasse a lavoura particular do fazendeiro.

Os trabalhadores queriam receber por seus dias trabalhados em dinheiro e não em “vale” como era de costume, pois não tinham liberdade de trocar os “vales” por mantimentos em qualquer lugar senão na própria fazenda em que morava, ficando assim preso ao patrão, pois nunca conseguia saldar sua dívida para com ele pois sempre estava devendo no “barracão”.

Esses movimentos sociais no campo cresciam junto com os sindicatos operários nacionais, que tiveram no final da ditadura Vargas e durante o governo Goulart um dos períodos de maior organização e politização da história do sindicalismo brasileiro, chegando ao auge com a criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e a organização das Federações e Confederações de Trabalhadores Agrícolas (FETAG E CONTAG). Essas entidades congregavam todas as categorias de trabalhadores para fortalecer e unificar o movimento em face do crescente acirramento das disputas entre a burguesia industrial-rural e os trabalhadores.

Na história do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil prevalece uma tendência de se fazer uma análise das diferentes organizações de trabalhadores e sua trajetória em diversos períodos de nossa história política com ênfase em fatores tais como a intervenção de Estado (principalmente em períodos de governos autoritários), a questão da liderança ou da representação majoritária dos membros dos sindicatos, além do ‘peleguismo’ que tanto tem prejudicado os trabalhadores no Brasil.

A grande questão que se levanta atualmente no estudo dos sindicatos rurais no Brasil se refere ao distanciamento das ações dos sindicatos em relação às suas bases em virtude da tão almejada reforma agrária. Observa-se ainda outras questões que surgiram no mercado de trabalho, como por exemplo, as novas formas de contrato de trabalho.

## **O Sindicato**

O município de Ubatã fica situado da Bahia e faz parte da região cacauceira. Possui varias fazendas de cacau de pequeno e médio porte, considerando as medidas agrárias adotadas no município como pequenas as fazendas com até trinta hectares e medias aquelas com até cem hectares.

Na década de 1960 milhares de pessoas trabalhavam nas fazendas do município sem acesso aos direitos trabalhistas que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado, tais como a regulamentação do trabalho da mulher e a equiparação dos salários, a regulamentação do trabalho de menores, o salário mínimo, o acesso a Justiça do Trabalho.

O Sindicato surgiu para fazer com que esses direitos fossem assegurados a esses trabalhadores, porém sua atuação nos primeiros anos se limitou a prestar assistência social aos seus associados. Não havia uma bandeira de luta da entidade no sentido de sanar as necessidades básicas do trabalhador em relação às questões trabalhistas e sim uma linha de atuação pautada no assistencialismo, na “ajuda” (Antunes, 1991).

A partir da década de 1970 o Sindicato passou a atuar verdadeiramente como uma entidade de classe, orientando os trabalhadores acerca de seus direitos e defendendo-os junto aos fazendeiros e a Justiça de Trabalho.

Isso se deveu a própria conjuntura política por que passava o Brasil no final da década de 1970, quando da “abertura lenta e gradual” do governo Geisel e as pressões dos diversos setores da sociedade pela normalização política no país; os movimentos sociais conquistaram mais liberdade e puderam atuar mais diretamente junto às suas bases.

No inicio da década de 1980 o controle do Sindicato de trabalhadores rurais de Ubatã passou para os trabalhadores e este passou a atuar diretamente na defesa dos interesses dos empregados rurais.

Através da ação da entidade muitas pessoas puderam obter suas aposentadorias por tempo de serviço ou receber os 'benefícios' em casos previstos na legislação trabalhista, tais como o auxílio doença, o direito de trabalhar com carteira assinada, o salário maternidade e ser representado pelo Sindicato quando da rescisão do contrato de trabalho.

A atuação do Sindicato em defesa dos trabalhadores provocou a manifestação visível da oposição entre o grupo dos proprietários de terras e os sindicalizados. A oposição entre os dois grupos se acirrou a tal ponto de o presidente do sindicato dos trabalhadores, o senhor Ginaldo Pereira, que atuou no período de 1987 a 1993 ter de fugir para a cidade de São Paulo porque estava sendo ameaçado de morte pelos fazendeiros.

O período referido anteriormente foi o de maior atuação da entidade, no qual se reivindicava a distribuição de terras seguindo uma tendência geral dos movimentos sociais rurais por todo o Brasil e consolidação dos direitos assegurados pela nova Constituição, tais como hora extra, férias remuneradas, seguro contra acidente, salário maternidade e outros.

No entanto com o avanço da vassoura de bruxa na região o espaço de atuação do Sindicato diminuiu consideravelmente, assim também a força dos fazendeiros. Centenas de trabalhadores se deslocaram para a cidade e posteriormente migraram para o Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto que os fazendeiro abandonaram suas lavouras por falta de recurso, estabeleciam contratos de "meia", entregando-as para alguém cuidar sendo o produto final dividido em partes iguais, fato este que modificou sensivelmente as relações de trabalho no município.

## **Considerações finais**

A atuação do Sindicato dos trabalhadores rurais significou para os que dele utilizaram um importante aliado na concretização de direitos fundamentais que lhes foram negados durante décadas.

Atualmente praticamente não se procura o Sindicato, sendo o mesmo procurado apenas para dar orientações, pouco atuando diretamente junto aos trabalhadores no tocante às suas relações e conflitos e questões trabalhistas. Na maioria dos dissídios as

partes procuram diretamente a Justiça do Trabalho, sendo também que grande parte das fazendas hoje estão em regime de meia.

Porém sua existência tem muito a nos fornecer como tema a ser pesquisado e como reflexão de um período marcante da história do município e de uma época em que as lutas de classe saltavam à vista e as posições político-ideológicas estavam melhor definidas.

### **Referencias**

ANTUNES, Ricardo L. C. O que é sindicalismo. 18 ed. São Paulo, brasiliense, 1991.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Petrópolis , RJ, 1981.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. Nordeste, o Vietnã que não houve / Ligas Camponesas e o golpe de 64. – Londrina. Ed. UEL / Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1996.